

## **Educação especial – Declaração de Lisboa**

### **Pontos de vista dos jovens sobre Educação Inclusiva**

No dia 17 de Setembro de 2007, no quadro da presidência portuguesa da União Europeia, o Ministério da Educação de Portugal organizou, em cooperação com a Agência Europeia para o Desenvolvimento em Necessidades Especiais de Educação a audição parlamentar *Young Voices: Meeting Diversity in Education*.

As propostas acordadas pelos jovens com necessidades educativas especiais (NEE) de 29 países<sup>1</sup>, que frequentam os ensinos secundário, profissional e superior, tiveram como resultado a “Declaração de Lisboa – Pontos de vista dos jovens sobre Educação Inclusiva”. Esta Declaração abrange o que os jovens apresentaram em Lisboa, em sessão plenária na Assembleia da República, no que respeita aos seus direitos, necessidades, desafios e recomendações para se conseguir uma educação inclusiva de sucesso.

A Declaração vem na sequência de anteriores documentos oficiais europeus e internacionais no âmbito das Necessidades Especiais de Educação tais como: *Resolução do Conselho para a Integração das Crianças e Jovens com Deficiências nos Sistemas Regulares de Educação* (EC, 1990); *Declaração de Salamanca e Quadro de acção para as NEE* (UNESCO, 1994); *Carta de Luxemburgo* (Programa Helios, 1996); *Resolução do Conselho para a Igualdade de Oportunidades dos Alunos com Deficiências na Educação e Formação* (EC, 2003); *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências* (Nações Unidas, 2006).

#### **1) Os jovens acordaram sobre os seus DIREITOS:**

- Temos o direito de ser respeitados e de não ser discriminados. Não queremos caridade; queremos ser respeitados como futuros adultos que têm de viver e trabalhar num ambiente normal.
- Temos direito às mesmas oportunidades que os outros, mas com o apoio necessário para responder às nossas necessidades. As necessidades específicas de cada um não podem ser ignoradas.
- Temos o direito de tomar as nossas decisões e de fazer as nossas escolhas. A nossa voz deve ser ouvida.

---

<sup>1</sup> Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Noruega, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Roménia, Suécia e Suíça.

- Temos o direito de viver autonomamente. Queremos constituir família e ter uma casa adaptada às nossas necessidades. Muitos de nós querem ter a possibilidade de frequentar a Universidade. Queremos também poder trabalhar e não ser separados das outras pessoas que não têm incapacidades.
- Toda a sociedade tem de ter consciência e compreender e respeitar os nossos direitos.

**2) Os jovens expressaram opiniões claras sobre as principais MELHORIAS que experimentaram na sua educação:**

- Em geral, temos recebido um apoio satisfatório à nossa educação, mas é necessário que se verifiquem mais progressos.
- A acessibilidade aos edifícios está a melhorar. As questões da mobilidade e da acessibilidade arquitectónica constituem, cada vez mais, tópicos de discussão e de debate.
- As questões relativas à deficiência estão a ganhar maior visibilidade na sociedade.
- A tecnologia informática está a evoluir e passaram a estar disponíveis livros digitais bem estruturados.

**3) Os jovens assinalaram os DESAFIOS e as NECESSIDADES:**

- As necessidades na acessibilidade são diferentes para pessoas diferentes. Há diferentes barreiras de acessibilidade, na educação e na sociedade, para pessoas com diferentes necessidades especiais, por exemplo:
  - o Durante as aulas e exames alguns de nós necessitam de mais tempo
  - o Por vezes necessitamos de apoio pessoal de assistentes nas aulas
  - o Necessitamos de materiais didácticos adaptados ao mesmo tempo que os nossos colegas
- Por vezes a liberdade de escolha de áreas de estudo é-nos vedada por razões de acessibilidade dos edifícios, tecnologia insuficiente e materiais adaptados (equipamento, livros).
- Necessitamos de conteúdos e de competências que tenham significado para nós e para a nossa vida futura.
- Necessitamos de aconselhamento, ao longo do nosso percurso escolar, no que respeita ao que será possível fazermos no futuro de acordo com as nossas necessidades individuais.
- Continua a haver algum desconhecimento sobre a deficiência. Os professores, os outros alunos e alguns pais por vezes têm uma atitude negativa para connosco. As pessoas sem deficiência deveriam saber que podem perguntar a uma pessoa com deficiência se precisa de ajuda ou não.

**4) Os jovens expressaram as suas opiniões sobre a EDUCAÇÃO INCLUSIVA:**

- É muito importante dar a cada um a liberdade de escolher a escola que quer frequentar.
- A educação inclusiva será melhor se as condições forem as mais adequadas. Isto significa que devem ser disponibilizados os apoios necessários, recursos e professores formados. Os professores precisam de estar motivados, bem informados e compreenderem as nossas necessidades. Têm de ter boa formação e perguntarem-nos o que necessitamos; estarem bem coordenados entre si ao longo do ano lectivo.

- Reconhecemos muitos benefícios na educação inclusiva; vivemos experiências mais alargadas; aprendemos como resolver problemas em contexto real; interagimos com os nossos pares com ou sem necessidades especiais.
- A educação inclusiva com apoio individualizado e especializado é a melhor preparação para o ensino superior. Os centros especializados poderiam apoiar-nos, informando devidamente as Universidades sobre a ajuda que necessitamos.
- A educação inclusiva tem benefícios mútuos, para nós e para toda a gente.

- **Os jovens concluíram:**

Compete-nos construir o nosso futuro. Temos de remover barreiras dentro de nós e dos outros. Temos de crescer para além da nossa deficiência – então o mundo aceitar-nos-á melhor.

Lisboa, Setembro 2007

**Notas**

*Iniciativas do Ministério da Educação, ou com a presença dos seus responsáveis:*

– Dia Nacional do Não Fumador, sexta-feira, dia 16 de Novembro (<http://www.min-edu.pt/np3/1348.html>).

– Conferência "Valorizar a aprendizagem: práticas europeias de validação de aprendizagens não formais e informais", em 26 e 27 de Novembro (<http://eu2007.min-edu.pt/np4/29.html>). Os jornalistas devem acreditar-se previamente.

Lisboa, 15 de Novembro de 2007.

**O GABINETE DE COMUNICAÇÃO**